

DOI: <https://doi.org/10.46502/issn.2710-995X/2023.9.04>

Cómo citar:

Sarmento do Santos, A.P., Rangel, G., Fortuna Daniel, H., & Portuondo Savón, O. (2023). Extensão Universitária e suas implicações no desenvolvimento sustentável: um olhar social, económico e ambiental. *Orange Journal*, 5(9), 34-42. <https://doi.org/10.46502/issn.2710-995X/2023.9.04>

Extensão Universitária e suas implicações no desenvolvimento sustentável: um olhar social, económico e ambiental

University Extension and its implications for sustainable development: a social, economic and environmental perspective

Recibido: 4 de abril de 2023 Aceptado: 22 de mayo de 2023

Escrito por:

Ana Paula Sarmento do Santos¹<https://orcid.org/0000-0002-5888-4510>**Germano Rangel²**<https://orcid.org/0000-0001-8228-0066>**Hilton Fortuna Daniel³**<https://orcid.org/0000-0002-7673-3011>**Onelis Portuondo Savón⁴**<https://orcid.org/0000-0003-1550-9160>

Resumo

Este estudo tem como fundamento levar a debate dentro da academia os pressupostos teóricos aliados à prática sobre o processo de Extensão Universitária em três dimensões (social, económico e ambiental). Recorreu-se ao método bibliográfico, por via do qual estabeleceu-se uma discussão intertextual entre diversos autores que abordaram a problemática em estudo e sua aplicação em contextos cada vez mais exigentes, onde o papel da universidade é imprescindível para a tomada de decisões políticas a todos os níveis. Discorreu-se com um olhar sobre o conceito de sustentabilidade social e os preceitos que justificam a existência da mesma na vida diária das pessoas, mediante interacção entre as mesmas (comunidade) e a universidade (por meio de estudos com os problemas já identificados e, muitas vezes, com propostas de resolução).

Palavras chave: Angola, ensino superior, Namibe, sustentabilidade, universidade.

Abstract

This study is based on bringing to debate within the academy the theoretical assumptions allied to practice on the University Extension process in three dimensions (social, economic and environmental). Was resorted to the bibliographic method, through which was established an intertextual discussion between different authors who addressed the issue under study and its application in increasingly demanding contexts, where the role of the university is essential for political decision-making at all levels. Was

¹ Faculdade de Ciências Naturais. Universidade do Namibe. Angola. Doutora em Ciências Pedagógicas Professora Auxiliar. Projeto de investigação: Gestão Integrada da Costa Verde do Namibe. Cidade de Moçâmedes, Província do Namibe – Namibe.

² Faculdade de Ciências Naturais. Universidade do Namibe. Angola. Mestre em Sociologia. Docente. Projecto de investigação: Manejo Integrado da Costa Verde do Namibe. Cidade de Moçâmedes, Província do Namibe – Namibe.

³ Faculdade de Ciências Naturais. Universidade do Namibe. Angola. Mestre em Ensino da Língua Portuguesa. Docente. Projecto de investigação: Manejo Integrado da Costa verde do Namibe. Cidade de Moçâmedes, Província do Namibe – Namibe.

⁴ Faculdade de Ciências Naturais. Universidade do Namibe. Angola. Doutora em Ciências Pedagógicas. Professora Catedrática. Projecto de investigação: Manejo Integrado da Costa verde do Namibe. Cidade de Moçâmedes, Província do Namibe – Namibe.





discussed our view on the concept of social sustainability and the precepts that justify its existence in people's daily lives, through interaction between them (community) and the university (through studies with the problems already identified and, often, with proposed resolutions).

Key Words: Angola, higher education, Namibe, sustainability, university.

Introdução

Embora o conceito e o entendimento de extensão universitária seja recente no contexto angolano, admite-se que não o é em contextos com maior e mais longeva tradição ao nível do Ensino Superior. Realça-se, por isso, que a mesma (extensão universitária) surge, na visão de diversos pesquisadores (Cf. Miguens Jr. & Celeste, 2014) a partir dos conflitos gerados pela própria razão de existência da Universidade. "Uma vez que seu produto não se estende igualmente a todos, pois o acesso ao saber ao longo da história tem-se constituído em formas de poder, daí a universidade se imiscuir em processos de disputas pelo poder" (p. 5). A designação "extensão universitária" resulta da prática social cujas origens e práticas remontam de séculos, ou seja, desde a fundação da instituição universitária, conforme argumentam Miguens Jr. & Celeste (2014, p.6) no contexto histórico europeu e estadunidense "as experiências extensionistas ocorrem desde os primórdios da existência das universidades. Um exemplo são as experiências de carácter religioso, como acções filantrópicas de atendimento aos mais pobres realizadas pelo mosteiro de Alcabaça, em Portugal (1269)".

Na sequência desta construção ideológica secular europeia ou, se quisermos, ocidental, os autores (Miguens Jr. & Celeste, 2014) exploram outros exemplos como os de carácter revolucionário (quer dizer, acções da universidade que implicam entrega e participação individual de cada um dos integrantes de uma universidade, como estudantes, direcção, docentes), "os movimentos das universidades populares da Europa que desejavam liberdade e influenciaram fortemente os países latino-americanos, levando professores e alunos de universidades a questionarem a relação da educação superior com a sociedade" (p.6).

Ainda pela Europa, o continente berço da universidade como é concebida hoje, há registos históricos de "experiências de carácter académico, vivenciadas pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, a partir de palestras, conferências e acções técnicas associadas a programas de desenvolvimento social" (Miguens Jr. & Celeste, 2014, p.6).

A Professora Sandra de Deus (2020), apresentou alguns importantes questionamentos que nos conduziram na procura de melhor entendimento ou a tentar alcançar possíveis respostas:

- a) Qual é realmente o impacto que a actuação da universidade causa em uma comunidade?
- b) Que transformações a presença de acções universitárias determinam nos territórios em que actuam?
- c) Quando a acção da universidade é transformadora? (p. 58).

Numa visão estimuladora, a referida autora (Cf. Deus, 2020, p. 58) sugere que "a Extensão é transformadora ao combinar o "fazer" da sala de aula" (entenda-se *Ensino*) "com a Pesquisa", levando esta simbiose para a sociedade, onde recolhe contribuições, mudanças, novos olhares e, até mesmo, críticas ao trazer esta nova aprendizagem e descobertas para o interior da universidade. Na verdade, o tema "Extensão Universitária", antes de tudo, na visão de Liberato (2020), lança o repto de, além de colmatar um vazio de informação relacionada com a temática para o contexto angolano, ainda apresentar possíveis caminhos que podem ser perseguidos tendo em conta a alteração desse cenário. Em boa hora, este facto possibilita-nos, na visão da autora, "constatar, à partida, que se trata de um campo de acção universitário em construção" (p. 1).

Para Ima-Panzo (2018), o termo Extensão Universitária remete para diferentes conceitos, entre os quais o de "cultura, cidadania, conteúdos, ensino, investigação científica, práticas, experiências, valores, difusão, inter-relação, comunidade, empresa, sociedade e transformação" (p. 38). No seguimento do que propõe Ima-Panzo, Miguens Jr. & Celeste (2014, p. 5-6) apresentam quatro processos de como a extensão é entendida e foi durante as diferentes etapas históricas. Ei-los:





ORANGE JOURNAL

- a) Transmissão vertical de conhecimento, daqueles que sabem para os incultos;
- b) Voluntariado acrítico com carácter religioso e sem método;
- c) Acção social-comunitária já institucionalizada pelo Estado;
- d) Momento académico institucional, metodologicamente organizado nas universidades.

O presente estudo foi feito com o objectivo de analisar os mecanismos que conduzem ao desenvolvimento sustentável mediante a prática da extensão universitária. Para se atingir este objectivo geral o estudo visou identificar o papel da universidade na sociedade; comparar a as diferentes perspectivas de entendimento da prática de extensão universitária ao longo da história; caracterizar os objectivos sociais, ecológicos e económicos do desenvolvimento sustentável.

Quadro teórico

A Extensão Universitária não se afigura uma conceptualização recente, muito pelo contrário, teria surgido paralelamente com a fundação da(s) universidade(s) europeia(s), por isso, hoje, ao tentarmos rastrear a origem da EU se constata que, "desde a metade do século XIX, na Inglaterra, foram realizadas as práticas extensionistas em moldes vistos hoje" (Miguens Jr. & Celeste, 2014, p.6). Estes dois pesquisadores argumentam que "em 1871, a Universidade de Cambridge foi a primeira a criar actividades que se caracterizaram como cursos de extensão desenvolvidos por seus docentes e levados a diferentes regiões do país" (p.6). Naturalmente, entre os diversos planos de acção que se levava a cabo, constavam cursos de literatura, ciências físicas e economia política, os quais eram ministrados fora do *campus* universitário a diferentes segmentos da sociedade britânica.

Por outro lado, quase ao mesmo tempo, a Universidade de Oxford, com actividades voltadas para uma população mais pobre, uma espécie de movimento social, as primeiras acções foram desenvolvidas em Londres para logo após, expandirem para regiões de concentração operária (Miguens Jr. & Celeste, 2014). Para Deus (2020), uma das missões mais confiadas à universidade é a interacção com a sociedade, a qual pode ser considerada uma primeira dimensão — directa e imediata — que atinge todos os actores envolvidos, não havendo lado forte nessa relação, porque todos se transformam mutuamente no processo (sejam cidadãos, sociedade, alunos, instituição, seja o próprio processo).

Analisados estes pressupostos, pensa-se que os objectivos da Extensão Universitária, como foram outrora idealizados e oficializados pelas sociedades inglesas (Cf. Miguens Jr. & Celeste, 2014, p.7), passam pelo seguinte: "aquilo que as universidades fazem para seus próprios estudantes também pode ser realizado para pessoas impossibilitadas de irem às universidades". Esta ideia, considerada nobre, despertou o entusiasmo de busca por maiores e imediatos resultados, bem como constante, intenso e prolongado esforço. De modo que se constatou e ainda se percebe, quer em Angola, mais concretamente no Namibe, quer em contextos até mais desenvolvidos, que para instruir pessoas que não têm acesso à escola, é urgente e imprescindível despertar o desejo de aprender nos mais desprovidos.

Dentro da abordagem da Extensão Universitária há seguramente, conforme a literatura (Cf. Deus, 2020), a troca de necessidades e de benefícios entre a universidade e a sociedade, é notório que ambos são beneficiários directos por meio de projectos, convenções e reuniões, com vista a melhorar a qualidade de vida na região onde a universidade actua. Neste caso, a Universidade do Namibe tem imperativos aos quais deve obediência se pretender cumprir com os desígnios e desideratos a que se propõe para o século XXI, os quais tratar-se-á mais abaixo.

É também inegável que tem havido um esforço imensurável, porém necessário, para se obter apoio e criar interesse junto das comunidades sem o mesmo acesso que a minoria das pessoas, através de seus proponentes ou agentes. Não apenas em Angola, mas a literatura tem provado que tem sido uma proposta desafiadora: implementar com sucesso esta inclusão e simbiose entre a universidade e as comunidades que a ela não têm acesso. Diversos relatos académicos apontam que o trabalho tem sido positivo e tem-se logrado parte dos objectivos do conceito primordial da extensão universitária em várias partes do país.





Materiais e métodos

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos desafios da Faculdade de Ciências Naturais, pois a mesma ministra cursos conducentes ao melhor entendimento do desenvolvimento sustentável, como é o caso do curso de Biologia Marinha que não coloca de parte a preocupação em preservar a natureza tanto animal quanto vegetal nos mares e arredores. O curso de Recursos Marinhos apresenta, dentre outras, soluções que passam pelo entendimento dos mecanismos que se devem considerar na preservação dos alevinos, garantindo um saudável desenvolvimento das espécies marinhas. A Oceanografia é um curso que aposta de maneira significativa no estudo sobre os impactos das alterações climáticas oceânicas. Deste modo, ficam subjacentes a preocupação que cada uma destas apresenta para a garantia do desenvolvimento sustentável mediante a acção universitária.

O presente estudo cingiu-se na busca bibliográfica dos materiais disponíveis para o melhor entendimento do tema, sendo que se conseguiu esgotar as ferramentas metodológicas que os diferentes autores apresentam para a compreensão do assunto na vertente apresentada.

Resultados e discussão

Como nos parece indesmentível, a instituição "universidade", por um lado, e a instituição "comunidade", por outro, devem estabelecer uma relação parelha e indissociável, mediante planos de acção teoricamente pré-estabelecidos, desenhados, projectados, elaborados pela primeira com o intento de beneficiar a segunda, sendo assim, o país ou a nação, a província ou o estado, o município, o distrito, o bairro ou a localidade estariam alinhados aos objectivos aos quais se propuseram as instituições de ensino: que tornar a vida, o ambiente, o modo de vida, o bem-estar dos cidadãos cada vez melhor e sustentável, sempre a pensar na colectividade e no comum.

Qualquer universidade, quer seja pública, quer seja privada, que congregue ensino e pesquisa com a mínima qualidade exigível, contanto que esteja inserida convenientemente no seu contexto social, político e económico, "já cumpre por si só a função para qual a sociedade a instituiu. Nesse sentido, o que a recomenda e legítima é a competência e a qualidade de seu produto, e não a prática mais ou menos assistencial que às vezes se confunde com extensão. (Santos, 2014). O que Santos apresenta é que o facto de a universidade orientar trabalhos assistencialistas não implica, imediatamente, valores de extensão universitária. No entanto, cabendo à universidade a função social e pedagógica de contribuir qualitativamente na formação académica de seu público-alvo, visando assim preparar profissionais dotados de elevada capacidade técnica e científica para o desempenho de suas actividades no competitivo mercado de trabalho, conforme Santos (2014), acredita-se que a actividade de extensão tem sua relevância por ser fonte de aprendizagem de conhecimentos (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzidos dentro da qual se endossa uma geração de novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de acções que possam contribuir para a formação cidadã e profissional do estudante universitário, promovendo a partir de uma realidade concreta a realização ou materialização de comunidades arredores cada vez simétricas, ideais, desenvolvidas, justas e democráticas.

Pode-se observar que a província do Namibe tem particularidades climáticas, é costeira, desértica e estes elementos naturalmente implicam diversas vantagens e eventuais problemas se não forem reflectidos dentro da universidade, para que, após as devidas reflexões, se possa pôr em prática o que se teorizou, de forma sustentável. Como nos parece óbvio, "qualquer processo de transformação - em qualquer área do conhecimento humano - envolve a apresentação de propostas e relaciona novas maneiras de executar com maior eficiência e eficácia as actividades analisadas" (Nunes & Infante, 1996, p.97).

Na sequência do que temos vindo a fundamentar sobre o envolvimento das instituições detentoras de poder, Nunes & Infante (1996) sustentam que se não houver compromisso institucional de mudança do processo de gestão ou administração, "se não houver a consciencialização das lideranças das instituições de que é o homem o principal agente de transformação e se o elemento humano não for trabalhado no sentido de se sentir responsável e parte essencial da mudança, nada ocorrerá" (p. 97). Prosseguindo, argumentam os autores, apenas compete ao detentor do poder (que, para o caso que aqui propomos, detentor do poder é





todo aquele que detém o conhecimento sistematizado e moderno, no nível mais desenvolvido) desenvolver e implementar a ideia da mudança como um processo duradouro, constante, sustentável, pois a conquista do novo, do diferente e do melhor exige esforços e acções contínuas voltadas para a transição.

O Namibe, o Ensino Superior e um Futuro Sustentável

A abordagem que fazemos traz à baila a problemática do que muito se tem confundido sobre o conceito e aplicação de extensão universitária. Notemos que para Santos (2014, p.157), este é um aspecto importante que incide na função da extensão universitária no século XXI, uma vez que em muitas situações as universidades constituem – e aqui usamos nossas palavras – um ermo, uma ilha na sociedade, ficando distanciada do conjunto social mais amplo e muito voltada para dentro de si mesma. Diversos ramos do saber como na linguística, onomástica, antropologia, história, biologia, enfim, ciências exactas, experimentais, há uma propensão para que as pesquisas e o que delas resulta se focarem apenas numa linguagem unilateral, ou seja, produz-se conhecimentos para se dar a conhecer aos colegas investigadores, o mesmo conteúdo é vinculado apenas no meio académico e, não raras vezes, na mesma área multidisciplinar. Santos (2014) crê que isto significa que a prática extensionista não deve ser entendida em termos de prática de caridade ou assistenciais, como por vezes se apregoa; embora a própria palavra “extensão” signifique “estender”, traido assim o sentido assistencialista do termo. Tendemos, muitas vezes, proceder à recolha de donativos ou outros bens e levar às comunidades mais desprovidas e desprender que daí esteja a resultar uma prática de extensão universitária.

Entende-se que as comunidades, mormente as do Namibe, aquelas consideradas ágrafas, desprovidas do que se considera essencial, apresentam problemas sazonais resultantes da seca, problemas de saúde, problemas e dificuldades de varia ordem os quais devem ter devido tratamento entre os três vectores do Ensino Superior (ensino, investigação e extensão), ademais, Santos (2014) argumenta, com efeito, que é a própria sociedade que deve expor os problemas a serem solucionados, de modo que o contacto efectivo com os mesmos permitirá à universidade transformar os objectos de suas pesquisas científicas em algo relevante e significativo para a sociedade em geral, bem como adequar o ensino às reais necessidades e interesses da mesma.

O papel da uninbe no desenvolvimento sustentável local

O tema "desenvolvimento sustentável", como consideram Lourenço & Denise (2013), tem estado muito presente na arena política, social, académica e mediática nos tempos actuais, muito por devido ao facto de os tempos modernos imporem mais de nós a favor das mudanças climáticas e de maior sustentabilidade nos processos de desenvolvimento.

Veja-se que Stake (1977, *apud* Souza & Benevides, 2005, p. 536) já conceptualizava desenvolvimento sustentável nos seguintes termos: “para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em consideração factores sociais, ecológicos e assim económicos; as bases dos recursos vivos e não vivos; as vantagens e desvantagens de acções; alternativas a longo e a curto prazo”.

Por conseguinte, Souza & Benevides (2005) apresentam três objectivos do desenvolvimento: o social, ecológico e o económico, os quais são descritos abaixo:

- a) Os objectivos sociais compreendem moradia, educação, saúde e lazer;
- b) Os objectivos ecológicos compreendem preservação do meio ambiente e seus recursos;
- c) Os objectivos económicos compreendem a produção, acesso aos bens de consumo e geração de riquezas. (p. 536).

A despeito de as pautas e agendas mundiais sobre o tema assumirem alguma prioridade nos encontros entre os líderes dos países que compõem a ONU e de todas as regiões estratégicas política e geograficamente, muitas vezes somos persuadidos a imaginar que "desenvolvimento sustentável" é uma temática que não implica a componente social, no entanto, o factor social muito tem relacionado os seus contextos ao primeiro, de modo que ambos se tornam – em certa medida – inseparáveis. Seria, de todo, improcedente se





descartássemos os argumentos de Lourenço & Denise (2013), para quem ao apresentar e debater o conceito de sustentabilidade social é preciso sublinhar a importância, em igual peso, das dimensões económicas e ambientais do desenvolvimento sustentável, sendo que, no entanto, trazer a discussão sobre a dimensão social parece-nos a todos enriquecedor, pois esta dimensão tem sido a mais negligenciada, uma vez que as organizações e seus administradores precisam de ter informações e voltar o olhar para as questões sociais desse tema como ponto-chave de todo o debate.

A Universidade do Namibe, recentemente criada, surge no âmbito dos objectivos aos quais o Governo angolano se propôs para dirimir as assimetrias regionais e assim garantir que as províncias com potencialidades pudessem identificar, estudar, analisar e apresentar resultados para os problemas que têm emergido a todos os níveis, cuja solução passaria necessariamente pela intervenção do Estado, por sua vez, materializada pelo Governo, contando com o suporte científico, teórico, tanto ao nível da identificação do problema como da apresentação de possíveis respostas, das IES locais.

Neste sentido, no decurso das últimas décadas, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92, apud Oliveira, 2019, p.13) realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, o desenvolvimento sustentável vem se estabelecendo como o horizonte norteador das agendas internacionais de desenvolvimento, assim como passou a orientar políticas regionais, nacionais e locais de transformação económica e social.

O conceito Desenvolvimento Sustentável, apesar de não haver um consenso sobre as reais linhas orientadores nos domínios da academia, da política, da economia e da própria sociedade, passando a fazer parte das agendas políticas globais, mormente estimulada pela ONU, "como reflexo directo, as regras e regimes internacionais incorporaram a concepção de desenvolvimento sustentável, criando 'obrigações' e definindo parâmetros de desenvolvimento que englobam agora bem-estar económico, qualidade ambiental e social" (Oliveira, 2019, p.15). Considerando os argumentos do autor, essas mudanças no sistema internacional levaram a um comprometimento dos países e também das organizações internacionais com o alcance do desenvolvimento sustentável, demandando a adopção e criação de políticas nesse segmento.

Face a esses pressupostos impostos pelo contexto sócio-económico mundial, percebe-se o emergir de muitas pautas preocupadas com a decifração do termo e também com a sua implementação, conforme sustenta Oliveira (2019):

Como movimentos principais, tivemos a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), responsável por utilizar e definir, pela primeira vez, o termo desenvolvimento sustentável, e que resultou no relatório 'Our Common Future' que, até os dias atuais, representa a definição de desenvolvimento sustentável mais clássica da literatura sobre o tema; e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio 92, também considerado um marco na temática ao estabelecer a Agenda 21, acordada por 179 países, além da assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) e da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). (Oliveira, 2019, p.15-16).

Assim, adaptando alguns instrumentos medidores de Desenvolvimento Sustentável sob a perspectiva social, apresentamos uma tabela que sintetiza a organização e disposição das áreas que compreendem a sustentabilidade social, a qual a universidade tem a obrigação de conduzir, tendo em vista os desígnios da mesma.

**Tabela 1.***Disposição dos Indicadores de Sustentabilidade Social.*

CAMPO DE ACÇÃO	ÁREA DE ACTUAÇÃO	INDICADORES DESCRITIVOS
1)- Recursos Humanos Internos	a)- Estabilidade no emprego; b)- Práticas no emprego c)- Saúde e Segurança d)- Desenvolvimento de capacidades	a)- Oportunidades de trabalho Compensações no emprego; b) Práticas de segurança; Contrato de trabalho; Equidade; Diversidade e Flexibilidade no trabalho; c)- Incidentes de segurança e saúde; Práticas de segurança e saúde; d)- Pesquisa e desenvolvimento Desenvolvimento de carreira
2)- População externa	a)- Capital humano b)- Capital produtivo c)- Capital comunitário	a)- Saúde e Educação; b)- Habitação; Infraestrutura de serviços Mobilidade de serviços; Serviços públicos e regulamentares Apoio a instituições de educação c)- Estímulo sensorial; Segurança; Propriedades culturais; Crescimento e prosperidade económica; Coesão social; Patologias sociais; Subsídios e doações; Patrocínio (suporte, apoio) a projectos comunitários

Fonte: Adaptada de Lourenço & Carvalho (2013, p.17-18).

Estes indicadores, por serem considerados de imprescindível necessidade, são aqui apresentados e ressignificados para o nosso contexto especial de forma detalhada, com vista a demonstração da importância e da abrangência da dimensão social da sustentabilidade, de acordo com o entendimento de Lourenço & Carvalho (2013). Estes dois autores, com os quais concordamos, justificam que, hoje, existe um contexto marcado por discussões que entendem a sustentabilidade somente em suas questões ambientais, ligadas à reciclagem de resíduos ou à poluição das águas, da atmosfera, ou ainda, à degradação de florestas e à preservação de espécies animais. Contudo, Lourenço e Carvalho (2013) defendem que o ser humano "seja dentro das organizações, seja em seu entorno, também deve ser considerado significativo, pois parece ser este o elemento mais negligenciado no âmbito dos debates das agendas políticas locais ou internacionais, inclusive entre os *media*, no que toca à sustentabilidade" (p. 18-19).

No seguimento da Tabela 1, Souza & Benevides (2005, p. 536-537) propõem algumas metas para que se esteja diante do tão desejado "desenvolvimento sustentável":

- i. Satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- ii. Solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas possam usufruir, tenham chance de conhecer e possam viver);
- iii. A participação da população envolvida (todos devem se consciencializar da necessidade de preservar o meio ambiente e fazer sua parte);
- iv. A preservação dos recursos naturais (água, oxigénio, etc.);
- v. A elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito, do genocídio, do analfabetismo, etc.) A efectivação dos programas educativos. (p. 536-537).

Havendo uma reflexão (e por vezes há bastante) que contradiga esses pressupostos, políticas que não priorizem a sustentabilidade em prol do crescimento desorientado a abrupto, Furlan *et al.* (2010, p.87) relatam que "no século XX, o ser humano se deu conta da acção predatória que desenvolveu ao longo de milénios ao meio ambiente, devido à exploração desordenada dos recursos naturais". Em consequência





disso, lê-se em Furlan *et al.* (2010) que o sistema baseado no incentivo à produção e ao consumo em massa como meio de desenvolvimento económico, dentre outros factores, tem tido resultados como as alterações adversas das características do meio ambiente, pondo em risco a continuidade da nossa existência como humanos.

Referindo-nos do Namibe, acreditamos que "sustentabilidade" hoje, mais do que nunca, implica também olhar para a transumância namibense, para a seca (por vezes sazonal, por vezes, intermitente ou durante longos períodos do ano) que afecta comunidades mais afastadas das cidades, o que pode implicar um olhar mais atento para as condições e todas as circunstâncias que remetem para a exploração dos recursos marinhos, de diversos recursos naturais (renováveis ou não) sem prejuízo para o bem-estar ou o futuro dos habitantes das comunidades tampouco para as gerações que sucedem.

Assim, tal como Souza & Benevides (2005), também cremos que "a universidade é o lugar propício para uma educação dirigida às exigências de nossos tempos (p. 531)", porque a esta cabe a missão de educar para o desenvolvimento sustentável, quer directamente os seus alunos, quer por influência junto de decisores e outros agentes importantes implicados no processo.

Conclusão

Assegura-se, deste modo, que, competindo à universidade auxiliar o poder executivo a ressignificar o debate sobre a sustentabilidade, quer seja social, quer seja económica, nos tempos que correm, o desenvolvimento sustentável tem pautado os encontros de relevância mundial, muito se tem discutido sobre, embora muitas vezes não passe da teoria à prática, por ser um conceito de difícil aplicação, face às complexidades económicas e ecológicas, factores que tornam distantes países e regiões cujas prioridades políticas e económicas atendem a outras demandas e interesses, o que por si só torna a sustentabilidade um desafio hercúleo para os governantes e para a colectividade.

É certo que o carácter finito dos recursos naturais e o impacto irreversível de ecossistemas, a problemática das alterações climáticas, o aquecimento global, alguns frutos da acção humana, têm vindo a demonstrar a urgência na alteração do modo de desenvolvimento económico, o que tem sido a agenda global nas reuniões da ONU e a essência dos Acordos de Paris. É notável que essa problemática hoje tem suscitado a emergência de diversos movimentos de ónus ambientalistas, quer no plano angolano, quer no plano internacional.

Neste sentido, este debate sobre sustentabilidade passa pela educação ambiental, a qual constitui parte indispensável para que se chegue ao tão almejado desenvolvimento sustentável, visto que esta seria, aliadas a outras formas de actuação, a maneira mais funcional e objectiva de se atingir pelo menos uma das metas que destacamos acima, incluindo, como argumentam diversos os autores mencionados neste estudo, motivar a participação da população ou dos cidadãos, mormente por meio dos órgãos de comunicação social, escolas, grupos comunitários, etc.

Referências bibliográficas

- Deus, S. de (2020). Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM.
- Furlan, A. C., dos Santos, A. V., Ricarda, C. M., Espolador, R. D. C. R. T., & Dubuc, M. A. (2010). Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres., Londrina, 11(2), p. 87-94.
- Ima-Panzo, J. (2018). Extensão universitária em Angola. Tendências, acções e projecções. Luanda: Mayamba.
- Liberato, E. (2020). Ima-Panzo, João. Extensão universitária em Angola. Tendências, acções e projecções. Luanda: Mayamba, 171 p. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, 55, p. 1-4, e16782, out./dez. 2020.
- Lourenço, M. L., & Carvalho, D. (2013). Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. RACE, Unoesc, 12(1), p. 9-38.
- Miguens Jr., S.A.Q., & Celeste, R.K. (2014). A extensão universitária. RS: UFRS.
- Nunes, J.M., & Infante, M. (1996). Pesquisa-ação: uma metodologia de consultoria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.



**ORANGE JOURNAL**

- Oliveira, I. F. (2019). Uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável através da comparação de agendas internacionais: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). Universidade Federal da Paraíba.
- Souza, J.N.S., & Benevides, R. de C. A. (2005). Educação Ambiental Para o Desenvolvimento Sustentável e o Comprometimento das Universidades/Faculdades do Município do Rio de Janeiro, RJ. II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT'2005.
- Santos, M.P.dos (2014). Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na Educação Superior. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR.

